

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura em Direito

1. Nome da Unidade curricular:

Direito da União Europeia

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: 168

Créditos ECTS: 6

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Miguel Moura e Silva (20T)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

A definir (20P)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Esta unidade curricular tem por objeto uma introdução ao Direito da União Europeia. A perspetiva adotada pressupõe que o ensino dos aspetos institucionais da União Europeia oferece uma aprendizagem mais completa quando conjugada com o estudo de políticas substantivas centrais ao projeto de integração política e económica. Assim, além de tratar os elementos institucionais do Direito da União, será privilegiada a análise da evolução da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, quer no desenvolvimento dos princípios estruturantes da ordem jurídica da União, quer na concretização das liberdades de circulação e na salvaguarda das regras de concorrência enquanto elementos centrais do mercado interno.

No final desta unidade curricular, os alunos deverão ser capazes de:

1. Analisar as diferentes perspetivas culturais e políticas sobre a identidade europeia e o projeto de integração;
2. Identificar os principais marcos históricos da integração europeia, desde a fundação da CECA até ao Tratado de Lisboa, e avaliar os desafios do alargamento e do Brexit
3. Explicar as funções, competências e interações das principais instituições e órgãos da UE;
4. Avaliar os processos de decisão legislativa e a dinâmica institucional no contexto da UE;
5. Caracterizar as competências da EU e explicar o papel dos princípios da competência de atribuição, da subsidiariedade e da proporcionalidade quanto ao controlo do exercício de competências pelas instituições da UE;
6. Comparar diferentes fontes do direito da UE e suas hierarquias normativas
7. Descrever e interrelacionar os princípios estruturantes da UE, incluindo o primado, aplicabilidade direta e o efeito direto;
8. Analisar a interação entre o direito da UE e os direitos nacionais, incluindo os desafios constitucionais em matéria de direitos fundamentais;
9. Examinar o papel dos tribunais nacionais e europeus na aplicação do direito da UE
10. Avaliar os mecanismos processuais perante o TJUE e sua importância para a proteção dos direitos individuais
11. Explicar os princípios e as liberdades fundamentais do mercado interno, aplicando-os a casos práticos relacionados com a circulação de bens, serviços, trabalhadores, capitais e pessoas;
12. Avaliar os objetivos e o impacto do direito da concorrência na regulação dos mercados da UE;
13. Categorizar e resumir os aspetos fundamentais das regras de concorrência dirigidas às empresas.

6. Conteúdos programáticos:

1. Introdução
2. Breve perspetiva sobre a história da integração europeia
 - 2.1. Identidade e ideia de Europa: perspetivas culturais e políticas
 - 2.2. A concretização da integração europeia: das Comunidade Europeia do Carvão e do Aço à União Europeia

- 2.3. A Europa em expansão: alargamentos e Brexit
 - 3. O quadro institucional da União Europeia
 - 3.1. Parlamento Europeu
 - 3.2. Conselho Europeu
 - 3.3. Conselho
 - 3.4. Comissão Europeia
 - 3.5. Tribunal de Justiça da União Europeia
 - 3.6. Banco Central Europeu e Sistema Europeu de Bancos Centrais
 - 3.7. Outras instituições, órgãos e agências
 - 3.8. A dinâmica institucional: os processos de decisão
 - 4. Os princípios e fontes do direito da União Europeia
 - 4.1. Os princípios da União Europeia
 - 4.2. As fontes de direito da União Europeia
 - 4.3. A relação entre o direito da União Europeia e os direitos nacionais: aplicabilidade direta, efeito direto, primado do direito da União Europeia e princípio da interpretação conforme
 - 4.4. O primado e as constituições nacionais
 - 5. A tutela jurisdicional efetiva
 - 5.1. Os tribunais nacionais como tribunais comuns da União Europeia
 - 5.2. As vias processuais perante o Tribunal de Justiça da União Europeia
 - 6. O direito económico da União Europeia: (1) O mercado interno
 - 6.1. O conceito de mercado interno
 - 6.2. Liberdade de circulação de mercadorias
 - 6.3. Liberdade de prestação de serviços
 - 6.4. Liberdade de estabelecimento
 - 6.5. Liberdade de circulação de trabalhadores
 - 6.6. Liberdade de circulação de capitais
 - 6.7. Cidadania europeia e liberdade de circulação
 - 7. O direito económico da União Europeia: (2) As regras de concorrência
 - 7.1. Enquadramento e sistematização
 - 7.2. As regras de concorrência sobre acordos e práticas concertadas
 - 7.3. A proibição do abuso de posição dominante
 - 7.4. O sistema de aplicação das regras de concorrência do TFUE: o Regulamento 1/2003
 - 7.5. O controlo de concentrações: o Regulamento n.º 139/2004
 - 7.6. O direito da concorrência e as medidas estatais restritivas da concorrência*
 - 7.7. O controlo dos auxílios de Estado*
 - 8. O direito económico da União Europeia: (3) A União Económica e Monetária*
- [*No ano letivo 2024/2025, estes temas não serão lecionados devido à curta duração do semestre até à realização das provas de frequência]

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

O programa desta unidade curricular foi ajustado à duração do semestre de modo a permitir aos alunos contactar com os principais temas do direito institucional e substantivo (este último limitado, por razões de tempo e adequação à carga de trabalho em ECTS, às liberdades de circulação e às regras de concorrência aplicáveis às empresas). Os objetivos de aprendizagem identificados correspondem aos elementos centrais do programa.

8. Metodologias de ensino:

O ensino conjuga aulas teóricas sobre conteúdos nucleares do direito da União Europeia com a discussão, em sala de aula, de problemas relativos a temas da atualidade bem como a acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia que sejam representativos do Direito da União Europeia em ação.

As aulas teóricas seguirão o modelo de sala de aula invertida, pelo que os alunos terão de assistir a vídeos introdutórios e/ou analisar outros materiais para se prepararem antes das aulas (aproximadamente uma hora de trabalho para cada aula). As aulas práticas envolverão ainda mais os alunos em trabalho individual e colaborativo, resolvendo casos hipotéticos e discutindo questões de “policy” no Direito da União Europeia. Os materiais de estudo, incluindo resumos, vídeos e artigos/papers, serão disponibilizados na página de eLearning.

A participação nas aulas será avaliada com base no envolvimento dos alunos nas discussões em sala de aula, bem como nos trabalhos escritos realizados na plataforma Moodle.

Os alunos que tiverem dificuldades no uso de plataformas de eLearning podem informar a equipa docente sobre a sua situação, sendo adotados os ajustes adequados para garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.

Os alunos devem estar cientes de que a avaliação da participação em aula terá em conta os dados fornecidos pela plataforma sobre o envolvimento nas atividades e recursos na plataforma eLearning (conclusão de atividades eletrónicas, participação em fóruns, etc.).

9. Avaliação:

A nota final para a avaliação contínua é composta em 50% pela participação nas aulas, incluindo todas as e-atividades (na plataforma Moodle) e atividades em sala de aula (aulas teóricas e práticas). Note que a assiduidade e o envolvimento nas e-atividades e nas atividades em sala de aula contarão para 10% da nota (os restantes 40% serão avaliados de acordo com o nível de desempenho conforme critérios de avaliação previamente definidos). Os restantes 50% serão obtidos através da conclusão bem-sucedida da prova de frequência.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Os alunos serão desafiados a desenvolver a sua própria compreensão sobre a evolução do Direito da União Europeia nos diferentes domínios desta disciplina, aplicando o seu conhecimento ao debate de questões jurídicas atuais, bem como à resolução de casos hipotéticos.

A avaliação da participação nas aulas cria um forte incentivo para que os alunos assumam um papel ativo no desenvolvimento das aulas. As atividades realizadas ao longo do semestre avaliarão tanto o envolvimento dos alunos nas atividades em sala de aula e online, como o respetivo nível de desempenho. A prova escrita de frequência avaliará os resultados de aprendizagem dos alunos em relação a cada uma das unidades do curso.

11. Bibliografia principal:

FERREIRA, Eduardo Paz (org.), *Integração e Direito Económico Europeu*, 2.ª edição, AAFDL, Lisboa, 2022.

DUARTE, Maria Luísa, *Direito da União Europeia, Lições desenvolvidas*, AAFDL, Lisboa, 2021.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, *Direito da União*, 9.ª edição, Almedina, Coimbra, 2022 (reimpressão).

BERRY, Elspeth, et al., *Complete EU Law*, 5.ª edição, Oxford University Press, Oxford, 2022.

CRAIG, Paul e DE BÚRCA, Grainne, *EU Law – Text, Cases and Materials*, 7.ª ed., Oxford University Press, Oxford, 2020.

BARNARD, Catherine e PEERS, Steve (orgs), *European Union Law*, 4.ª edição, Oxford University Press, Oxford, 2023.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Bachelors in Law

1. Curricular Unit Name:

European Union Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☒ Annual ☐
Work hours: 168
Credits ECTS: 6

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Miguel Moura e Silva (20T)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

To be arranged (20P)

5. Learning outcomes of the curricular unit:

This course unit provides an introduction to European Union Law. The adopted approach assumes that teaching the institutional aspects of the European Union offers a more comprehensive learning experience when combined with the study of substantive policies central to the project of political and economic integration. Thus, in addition to covering the institutional elements of EU law, particular emphasis will be placed on analysing the evolution of the case law of the Court of Justice of the European Union, both in developing the structural principles of the EU legal order and in shaping the free movement freedoms and competition rules as core elements of the internal market.

At the end of this course unit, students should be able to:

1. Analyse different cultural and political perspectives on European identity and the integration project;
2. Identify the key historical milestones of European integration, from the founding of the ECSC to the Treaty of Lisbon, and assess the challenges of enlargement and Brexit;
3. Explain the functions, competences, and interactions of the EU's main institutions and bodies;
4. Evaluate legislative decision-making processes and institutional dynamics within the EU;
5. Characterise the competences of the EU and explain the role of the principles of conferral, subsidiarity, and proportionality in controlling the exercise of competences by EU institutions;
6. Compare different sources of EU law and their normative hierarchies;
7. Describe and interrelate the EU's structural principles, including primacy, direct applicability, and direct effect;
8. Analyse the interaction between EU law and national legal systems, including constitutional challenges related to fundamental rights;
9. Examine the role of national and European courts in the application of EU law;
10. Assess procedural mechanisms before the CJEU and their importance for the protection of individual rights;
11. Explain the principles and fundamental freedoms of the internal market, applying them to practical cases related to the free movement of goods, services, workers, capital, and persons;
12. Evaluate the objectives and impact of competition law in regulating EU markets;
13. Categorise and summarise the key aspects of competition rules applicable to undertakings.

6. Syllabus:

1. Introduction
2. A Brief Overview of the History of European Integration

- 2.1. Identity and the Idea of Europe: Cultural and Political Perspectives
- 2.2. The Realisation of European Integration: From the European Coal and Steel Community to the European Union
- 2.3. A Growing Europe: Enlargements and Brexit

3. The Institutional Framework of the European Union

- 3.1. European Parliament
- 3.2. European Council
- 3.3. Council
- 3.4. European Commission
- 3.5. Court of Justice of the European Union
- 3.6. European Central Bank and European System of Central Banks
- 3.7. Other Institutions, Bodies, and Agencies
- 3.8. Institutional Dynamics: Decision-Making Processes

4. The Principles and Sources of European Union Law

- 4.1. The Principles of the European Union
- 4.2. The Sources of European Union Law
- 4.3. The Relationship Between European Union Law and National Laws: Direct Applicability, Direct Effect, the Primacy of EU Law, and the Principle of Conforming Interpretation
- 4.4. Primacy and National Constitutions

5. Effective Judicial Protection

- 5.1. National Courts as the Ordinary Courts of the European Union
- 5.2. Procedural Routes Before the Court of Justice of the European Union

6. EU Economic Law: (1) The Internal Market

- 6.1. The Concept of the Internal Market
- 6.2. Free Movement of Goods
- 6.3. Freedom to Provide Services
- 6.4. Freedom of Establishment
- 6.5. Free Movement of Workers
- 6.6. Free Movement of Capital
- 6.7. European Citizenship and Freedom of Movement

7. EU Economic Law: (2) Competition Rules

- 7.1. Framework and Systematisation
- 7.2. Competition Rules on Agreements and Concerted Practices
- 7.3. The Prohibition of Abuse of a Dominant Position
- 7.4. The System for the Enforcement of Competition Rules Under the TFEU: Regulation 1/2003
- 7.5. Merger Control: Regulation No. 139/2004
- 7.6. Competition Law and State Measures Restrictive of Competition*
- 7.7. State Aid Control*

8. EU Economic Law: (3) Economic and Monetary Union*

*[*In the 2024/2025 academic year, these topics will not be covered due to the short duration of the semester before the assessment period.]*

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus of this course unit has been adjusted to the semester's duration to allow students to engage with the main topics of institutional and substantive law (the latter being limited, due to time constraints and alignment with the ECTS workload, to the free movement freedoms and competition rules applicable to undertakings). The identified learning objectives correspond to the core elements of the syllabus.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Teaching combines theoretical lectures on core aspects of European Union law with classroom discussions on contemporary issues and judgments of the Court of Justice of the European Union that illustrate EU law in action. The theoretical lectures will follow a flipped classroom model, meaning that students will need to watch introductory videos and/or analyse other materials in preparation before class (approximately one hour of work per session). The practical sessions will engage students further in both individual and collaborative work, involving the resolution of hypothetical cases and discussions on EU law policy issues. Study materials, including summaries, videos, and articles/papers, will be made available on the eLearning platform.

Class participation will be assessed based on students' engagement in classroom discussions as well as written assignments submitted via Moodle.

Students experiencing difficulties using eLearning platforms should inform the teaching team of their situation so that appropriate adjustments can be made to ensure equal opportunities for all students, including those with disabilities.

Students should be aware that participation assessment will take into account data provided by the platform regarding engagement in activities and use of eLearning resources (completion of online activities, participation in fora, etc.).

9. Evaluation:

The final grade for continuous assessment is composed of 50% class participation, which includes all e-activities (on the Moodle platform) and in-class activities (both theoretical and practical sessions). Please note that attendance and engagement in e-activities and in-class activities will account for 10% of the grade, while the remaining 40% will be assessed based on performance level according to pre-defined evaluation criteria. The remaining 50% will be obtained through the successful completion of the assessment test.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The final grade for continuous assessment is composed of 50% class participation, which includes all e-activities (on the Moodle platform) and in-class activities (both theoretical and practical sessions). Please note that attendance and engagement in e-activities and in-class activities will account for 10% of the grade, while the remaining 40% will be assessed based on performance level according to pre-defined evaluation criteria. The remaining 50% will be obtained through the successful completion of the assessment test.

11: Main Bibliography:

FERREIRA, Eduardo Paz (Ed), *Integração e Direito Económico Europeu*, 2nd ed., AAFDL, Lisboa, 2022.
DUARTE, Maria Luísa, *Direito da União Europeia, Lições desenvolvidas*, AAFDL, Lisboa, 2021.
GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, *Direito da União*, 9th ed., Almedina, Coimbra, 2022 (reimpressão).
BERRY, Elspeth, et al., *Complete EU Law*, 5th ed., Oxford University Press, Oxford, 2022.
CRAIG, Paul e DE BÚRCA, Grainne, *EU Law – Text, Cases and Materials*, 7th ed., Oxford University Press, Oxford, 2020.
BARNARD, Catherine e PEERS, Steve (Eds), *European Union Law*, 4th ed., Oxford University Press, Oxford, 2023.

12: Remarks:

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.